

A revolta dos moedeiros e a muralha aureliana:

A cidade de Roma sob o reinado de Aureliano (270-275 d.C.)

Moisés Antiqueira¹

Resumo: O reinado do imperador Aureliano foi caracterizado por uma série de eventos, de natureza político-militar, cujo desfecho resultou na preservação da unidade do Império romano nos meados da década de 270. Dentre aqueles, a historiografia latina pagã no século IV destacaria um episódio em particular: a revolta dos moedeiros do ateliê de Roma, provavelmente ocorrida na primavera do ano de 271. O presente artigo procura estabelecer uma análise acerca desse acontecimento, considerando o contexto em que se desenrolou a ascensão de Aureliano ao poder e, em especial, a crise monetária vivenciada naquele tempo. Por fim, busca-se empreender uma relação entre a revolta dos moedeiros e a edificação de um novo circuito de muros para a cidade de Roma, melhor conhecido como Muralha Aureliana. Esta figuraria, simbolicamente, enquanto solução adotada por Aureliano no tocante ao crescente problema do absentismo imperial, o qual, pois, exerceria o seu papel no florescimento do levante que teria tumultuado a vida na capital do Império no início do governo de Aureliano.

Palavras-chave: Reinado de Aureliano; Cidade de Roma; Revolta dos moedeiros; Muralha Aureliana; Historiografia do século IV.

Abstract: The reign of Aurelian was marked by some political and military events after which the unity of the Roman Empire was kept all over the 270's. In the fourth century, the pagan Latin historiography would lay some emphasis on one of those episodes relative to the time of Aurelian, that is, the moneyers' revolt in Rome, which probably occurred in the spring of the year 271. Our paper tries to offer an explanation about the aforementioned event by taking into consideration the circumstances surrounding the rise of Aurelian to power and, above all, the monetary crisis that defined those times. Lastly, the present work aims to establish a link between the moneyers' revolt and the building of a new circuit of walls in the city of Rome, best known as the Aurelian Wall. It can be suggested that the brick structure also stood as a symbolic response on the part of Aurelian in regard to an increasing process of imperial absenteeism. In this sense, the absence of emperors from the center of the Roman Empire should have encouraged the rebellion that broke out in Rome in the beginning of Aurelian's reign.

Keywords: The reign of Aurelian; The city of Rome; The moneyers' revolt; The Aurelian Wall; Fourth-century historiography.

THE REVOLT OF THE MONEYERS AND THE AURELIAN WALL: the city of Rome under Aurelian (AD 270-275)

¹ Doutor em História Social (FFLCH/USP). Email: mantiqira@yahoo.com.br

Nos últimos meses do ano de 270, em uma imprecisa data, as tropas romanas reunidas nas proximidades de Sírmio² proclamaram Lúcio Domício Aureliano como imperador. A ascensão de um varão como Aureliano, oficial do exército imperial de modesta origem e nascido em área provincial, ilustrava a constituição de uma nova via de mobilidade social nos meados do século III, aberta àqueles que se destacassem em razão de suas virtudes marciais (SOUTHERN, 2004, p.110). Os quase cinco anos do governo de Aureliano foram bastante significativos, do ponto de vista político-militar: pôs-se um termo aos movimentos usurpatórios que, na década de 260, havia eclodido e se sedimentado em diferentes áreas, como as Gálias e a Síria. Por sua vez, entre os anos de 270-271, as regiões Reno-danubianas e mesmo a Itália sofreram com as incursões de povos de origem germânica. Embora com dificuldade, Aureliano, à frente de tropas bastante disciplinadas, mostrou-se bem sucedido ao repelir todos os invasores “bárbaros”. Tal contexto, como poderíamos presumir, demandava uma atuação incisiva por parte dos soberanos; e o apelido que os soldados quiçá teriam conferido a Aureliano, “*manu ad ferrum*” (isto é, “espada à mão”),³ sintetiza acuradamente a ideia de que se tratava de um governante disposto a adotar, em face dos distúrbios internos e dos ataques bélicos externos, as medidas mais enérgicas a fim de assegurar a unidade do Império e manter a ordem social.

O presente artigo procura ressaltar, pois, um episódio peculiar que despertou a atenção de diversos autores de língua latina do século IV, de orientação não cristã, que abordaram a época em que Aureliano havia ostentado a púrpura. Referimo-nos à revolta que agitou os trabalhadores do ateliê monetário da cidade de Roma. Destaque-se, de imediato, que nem sempre os dados disponíveis ao estudioso moderno, no que concerne ao reinado de Aureliano, permitem o estabelecimento de aportes cronológicos exatos. Sendo assim, não se pode determinar com segurança a maneira pela qual variados eventos, relativos ao período em que Aureliano governou o mundo romano, manteriam uma eventual conexão entre si.

De todo modo, não restam atualmente dúvidas acerca do fato de que Aureliano viu-se diante da tarefa de lidar com um levante perpetrado pelos moedeiros situados em Roma. Ao que parece, tais artífices dispunham de amplo grau de autonomia em relação ao poder imperial, algo que desembocaria na consecução de fraudes monetárias e outras formas de

² Localidade que corresponde, nos dias de hoje, a Sremska Mitrovica (Sérvia). De acordo com os dados levantados por Kienast (2004, p. 234), a elevação de Aureliano à púrpura teria se efetivado em setembro de 270.

³ Cf. HA, Aurel. 6.2. Em nosso texto, utilizamos as abreviaturas convencionais a respeito das fontes literárias latinas consultadas. Assim, temos: Aur. Vict. = Aurélio Vítor, *Historiae abbreviatae*; Eutr. = Eutrópio, *Breviário de história romana*; Epit. de Caes. = *Epitome de Caesaribus*; e HA, Aurel. = *História Augusta, Vida de Aureliano*. Os algarismos arábicos se referem ao capítulo e ao versículo em que se encontram, no interior das fontes, as passagens indicadas em nosso trabalho.

corrupção. A mais comum entre aquelas seria a excessiva depreciação do numário. Na virada da década de 260 para a de 270, o ateliê monetário de Roma procedeu, com frequência, ao rebaixamento do já escasso conteúdo de prata dos antoninianos, moeda divisionária corrente à época, de forma tal que as peças seriam confeccionadas a partir de uma mistura que incluía chumbo ou mesmo ferro.

Vale destacar, neste ensejo, que o tradicional denário de prata havia conhecido, ao longo da era imperial, sucessivas diminuições pontuais no que respeitava ao montante de metal precioso com o qual era cunhado. No início do século III, a desvalorização do denário era tamanha que o imperador Caracala (211-217) optou pela criação de um múltiplo da referida moeda, que recebeu o nome de antoniniano. Este dispunha de um valor intrínseco de 1 ½ denário e apresentava então um peso aproximado de 5,02g, em oposição aos 3,10g de peso que, em média, possuía o denário. As emissões dos antoninianos levariam, na prática, à quase completa interrupção da cunhagem dos denários com o avançar do século III (LAFURIE, 1975, p.77-79). Contudo, faz-se preciso lembrar que as moedas de prata foram objeto de um contínuo processo de desvalorização, tomando-se por base a moeda de ouro padrão, o áureo. Carson (1965, p.228-230) ressalta que, sob Caracala, um áureo equivalia, em teoria, a 24 antoninianos, os quais, por sua vez, continham 50% de prata em sua composição. Meio século mais tarde, no alvorecer da era de Aureliano, a depreciação do antoniniano atingiu um nível tal que as peças apresentavam menos do que 2.5% de prata e, assim, a relação entre o áureo e o antoniniano era da ordem de 1 áureo = 576 antoninianos.

Por outro lado, a partir do reinado de Gordiano III (238-244), o aumento da quantidade de peças emitidas passou a afetar de modo significativo todo o sistema monetário do Império. Isto decorria de uma conjuntura inflacionária que incidia sobre o preço dos metais preciosos; assim sendo, os ateliês monetários começaram a cunhar espécies cada vez mais leves e depreciadas. No médio prazo, esse processo culminou em uma aguda desarticulação do sistema monetário, de forma que o desvalorizado antoniniano não correspondia, efetivamente, senão a uma moeda de bronze (DEPEYROT, 2009, p.152). Além disto, carece atestarmos outra questão igualmente relevante. O acentuado número de movimentos usurpatórios que floresceram na década de 260 – sobremaneira aquele que redundou na formação do chamado “Império Gálico”, autônomo em relação ao poder central romano durante uma década e meia (259/260-274) – resultou em um incremento maciço da emissão de moeda. Ainda que emulassem as cunhagens “oficiais”, as espécies confeccionadas em nome dos “imperadores gálicos” em áreas como a Gália, a Hispânia e a Bretanha, apresentavam baixíssima qualidade.

Isto contribuía para que a crise econômica vivenciada nas várias regiões do Ocidente do Império se agravasse ainda mais.

Feito isto, voltemos nosso olhar para a situação que caracterizaria o funcionamento do ateliê monetário de Roma no momento em que Aureliano assumiu o poder imperial. Parte da quantidade de prata que deveria ter sido empregada na cunhagem dos antoninianos findava por ser indevidamente embolsada pelos artesãos que labutavam no mencionado ateliê. Autores tardo-antigos como Aurélio Vítor e Eutrópio, de diferentes maneiras, ressaltaram que os moedeiros romanos haviam incorrido em algum tipo de fraude: Aurélio Vítor diz que os artesãos “violaram as marcas de controle das moedas” (*nummariam notam corrosissent*) (Aur. Vict. 35.6), ao passo que Eutrópio garante que os rebelados haviam produzido moedas com defeito (*uitiatis pecuniis*) (Eutr. 9.14). Partindo disto, Turcan (1969, p.957) argumenta que o principal delito cometido no ateliê de Roma se relacionaria com a prática de limar ou raspar a superfície das moedas, de modo que os artífices extraíram, em benefício próprio, diminutas quantidades dos metais preciosos contidos nas espécies monetárias. Cubelli (1992, p.45), todavia, avanta a possibilidade de que o crime efetuado pelos moedeiros tangia ao furto, à apropriação indébita da matéria prima utilizada na confecção do numário (ouro e prata, em particular) ou mesmo dos áureos já cunhados – uma vez que os antoninianos, extremamente depreciados, não atrairiam interesse algum.

Em que pese isto, Conway (2006, p.5), baseando-se em dados levantados por Léon Homo ainda no início do século XX, assinala os indícios da fraude que os moedeiros de Roma cometeram ao tempo de Aureliano e de Cláudio, o Gótico (268-270): análises comparativas apontavam que as moedas de prata cunhadas na cidade de Roma continham, em média, apenas 54% do volume do mesmo metal que se observaria em peças similares produzidas nos ateliês de locais tão distintos quanto Tarraco (Tarragona), Síscia (Sisak, na atual Croácia) e Antioquia nos Orontes, a Antakya na moderna Turquia.

Diante de tal quadro falimentar, complementado pelas ações fraudulentas levadas a cabo no principal ateliê monetário do Ocidente, Aureliano procurou, ainda em 271, impor a obrigação de que os diferentes centros de emissão de moeda espalhados pelo Império cunhassem um antoniniano que dispusesse de maior peso. Somar-se-ia a isto um redimensionamento das atividades do próprio ateliê da cidade de Roma, algo que resultou no fechamento de sete das doze oficinas que o integravam. Deste modo, para evitar o problema da circulação monetária em terras itálicas, que fatalmente seria acarretado em razão da

clausura parcial do ateliê de Roma, incrementou-se o número de oficinas pertinentes a outro ateliê peninsular, o de Mediolano (Milão) (CUBELLI, 1992, p.50).

Pois bem. A partir do que expusemos até agora, resta questionarmos em que medida as ações empreendidas por Aureliano teriam impulsionado a rebelião dos artífices que cunhavam moedas na cidade de Roma. Entretanto, pairam inúmeras controvérsias quanto à data em que tal levante teria se produzido. Turcan (1969, p.948) defende a ideia de que a revolta se desenrolou no bojo das amplas reformas monetárias que Aureliano efetuou após a vitória obtida frente ao “imperador gálico” Tétrico, no início do verão de 274. Vale recordar, além disso, que as atividades do ateliê monetário romano foram retomadas em sua plenitude, ao que parece, em fins do referido ano de 274. Neste caso, o movimento dos moedeiros romanos configuraria uma reação explosiva diante do maior controle e fiscalização que a corte imperial passou a exercer no tocante à cunhagem da moeda, nos interstícios da reforma posta em marcha no ano de 274. Southern (2004, p.112), entre outros, julga ser “bastante plausível” tamanha hipótese.

O principal aspecto dessa reforma concernia a especificidades técnicas voltadas para um efetivo melhoramento do antoniniano. O conteúdo argênteo da moeda foi reestabelecido em 5% e esse “novo” antoniniano receberia, como uma espécie de marca distintiva, o signo “XXI” ou “XX.I” (tendo “KA” por equivalente nas áreas de língua grega). A busca por diferenciação se verificaria também no formato que essas novas peças assumiram. Os “novos” antoninianos⁴ se revelaram mais arredondados e melhor elaborados, de maneira que as efígies no anverso e os tipos incluídos no reverso se situavam mais centralizados (LAFKAURIE, 1975, p.83). A emissão dos “antigos” antoninianos viria a ser virtualmente abandonada. Por sua vez, segundo aclara Cubelli (1992, p.85), o símbolo “XXI” exprimia o percentual de prata que o “novo” antoniniano conteria. Sendo assim, o signo representava um meio de identificar que se tratava da vigésima parte (=XX) do total de uma unidade argêntea dotada de mesmo peso que a moeda em si (=I), ou seja, os 5% ao qual nos referimos anteriormente.

Depeyrot (2009, p.154), por outro lado, embora não esclareça claramente com quais balizas temporais trabalha, também relaciona o motim dos moedeiros às reformas monetárias executadas por Aureliano. Depeyrot parte da perspectiva de que Aureliano concebeu sua ação reformadora tendo em vista a heterogeneidade e a má qualidade do numário que circulava à sua época, no qual se incluía vasto montante de peças de bronze e de antoninianos produzidos pelos usurpadores gálicos ou mesmo grosseiras imitações dos antoninianos, forjadas alhures.

⁴ Ou “aurelianiano”, como defendido por alguns estudiosos sob a alegação de que o imperador havia, em verdade, introduzido um novo tipo monetário. Para um sumário acerca dessa questão, cf. Conway (2006, p.17).

Porém, dada a grande quantidade dessas moedas que se encontrava em circulação, era simplesmente impossível retirá-las do mercado. Assim, ao introduzir um “novo” antoniniano/aureliano, Aureliano reduziu ao mínimo o estatuto das peças confeccionadas no âmbito do “Império gálico”. Significa dizer que o “antigo” antoniniano poderia ser imitado e, em termos práticos, tornou-se uma moeda de circulação local, que não competia mais aos ateliês monetários oficiais.

Neste sentido, ainda de acordo com Depeyrot (2009, p.155), a “liberalização” da cunhagem dos “antigos” antoninianos fez com que os ateliês monetários não mais auferissem lucros com a emissão de tais moedas. A revolta que desabrochou entre os artesãos em Roma consistiria em uma reação à perda dos dividendos que as ações de Aureliano provocaram no que tangia à produção dos “antigos” antoninianos. Ao descontentamento dos moedeiros se adicionaria a insatisfação da população da cidade de Roma como um todo, que se via na condição de dispor de peças cujo valor intrínseco era extremamente reduzido, ainda mais se cotejado com os “novos” antoninianos/aurelianos.

Boa parte dos historiadores que se dedica à questão da revolta, no entanto, favorece uma data anterior, circunscrita aos primeiros meses do governo de Aureliano. Carson (1965, p.232) esclarece que o episódio ocorreu em 271, na sequência da reorganização das atividades desenvolvidas pelo ateliê monetário de Roma, como ordenada pelo imperador. Assim sendo, a rebelião dos moedeiros figuraria enquanto o ponto culminante em meio a uma atmosfera de confusão e insegurança, que havia tomado conta dos habitantes da capital do Império, devido ao revés sofrido pelo exército romano no inverno de 271, em um embate contra as forças conjuntas dos alamanos e dos jutungos, em uma floresta próxima a Placentia (Piacenza), localidade ao norte da Península Itálica.

De fato, soa mais provável que os moedeiros tivessem se amotinado ainda no começo do reinado de Aureliano, considerando-se as circunstâncias que marcaram o seu início. As fugazes tentativas de usurpação do poder, impetradas por altos oficiais militares como Septimino na Dalmácia e Domiciano, possivelmente no sul da Gália, que se sucederam entre 271 e 272, sinalizam o fato de que Aureliano ainda não havia consolidado a sua posição à frente do Império romano. Deste modo, julgamos lícito supor que o acontecimento relativo aos moedeiros na cidade de Roma se inscrevesse em um panorama mais amplo, caracterizado por tumultos internos e episódios de traição, em meio ao qual a situação de Aureliano não havia sido ainda solidamente assegurada e, logo, se desnudava passível de contestação.

Ademais, vários meses se passaram entre a aclamação de Aureliano e sua entrada em Roma na condição de imperador. Como vimos, Aureliano foi elevado ao trono pelos soldados na distante Sírmio e, de imediato, viu-se obrigado a enfrentar as invasões levadas a cabo por vândalos, sármatas, alamanos e jutungos, em diferentes pontos das províncias ocidentais. Ou seja, nos primórdios do ano de 271, Aureliano não se fazia presente em Roma, de forma que sua ausência e o temor causado pela derrota bélica em Placentia teriam instigado o movimento orquestrado, à primeira vista, pelos moedeiros no interior da cidade (CONWAY, 2006, p.10).

Neste sentido, faz-se oportuno expor o quadro cronológico que Cubelli (1992, p.39) elabora no tocante aos eventos que teriam se sucedido no inverno/primavera de 271. Em fevereiro, jutungos e alamanos teriam alcançado o norte da Itália. Aureliano, que combatia os vândalos na Panônia entre os meses de dezembro de 270 e janeiro do ano seguinte, alcançou a Península Itálica apenas no começo de março. Neste mês, Cubelli situa a derrota das tropas romanas em Placentia, mas igualmente as vitórias que os soldados comandados por Aureliano obtiveram, contra os mesmos invasores, nas batalhas de Ticinum (Pávia) e de Fanum Fortunae (Fano). A revolta dos moedeiros teria se desenrolado em simultâneo, de forma que, ainda ao final de março, Aureliano teria se dirigido até Roma e rapidamente liquidado com os rebelados. Em suma, reputamos lícito afirmar que o levante em Roma teria se dado no princípio da primavera de 271, antes que o imperador partisse rumo ao Oriente e canalizasse parte importante dos recursos humanos e materiais à sua disposição para combater o autônomo Reino de Palmira, que extraía de Aureliano a autoridade sobre territórios estratégicos como a Síria e o Egito.

Isto posto, cabe questionar por quais motivos uma parcela considerável da historiografia latina “pagã”, no século IV, haveria de dedicar atenção especial a um acontecimento cuja relevância, para a sequência do governo de Aureliano – e para a história imperial como um todo – revelar-se-ia diminuta. No que tange aos textos supérstites, o mais próximo do episódio, em termos cronológicos, corresponde às *Historiae abbreviatae* redigidas por Aurélio Vítor nos primórdios do ano de 360. Na citada obra, pode-se ler que

dentro da *Urbs*, os artesãos do ateliê monetário foram destruídos, os quais, instigados pelo *rationalis*⁵ Felicíssimo, violaram as marcas de controle das moedas e, por temor do castigo, causaram uma guerra tão grave que,

⁵ O “ministro do tesouro”. Até a época de Aureliano, ao *rationalis* ou *procurator fisci* competia o controle dos metais extraídos das minas imperiais, cuja metade confluía para o erário. A partir desta parcela, o citado magistrado deveria abastecer os ateliês para a confecção das moedas; ademais, também cabia ao *rationalis* notificar os ateliês localizados na Itália acerca do volume de metal que deveria ser cunhado.

reunidos ao longo do monte Célio, matariam aproximadamente sete mil combatentes (*bellatores*) (Aur. Vict. 35.6).

Eutrópio, cujo *Breviário de história romana* seria finalizado por volta dos anos de 369-370, também mencionaria o evento, indicando que na *Urbs Romae* os moedeiros se rebelaram (*monetarii rebellaverunt*), mas, juntamente com o *rationalis* Felicíssimo, foram mortos. Aureliano os teria vencido, lançando mão de uma crueldade extrema (Eutr. 9.14). Por seu turno, o chamado *Epitome de Caesaribus*, que teria sido elaborado entre os anos de 395 e 408, reservou tão somente uma frase ao episódio, ao reportar que, ao tempo de Aureliano, “na cidade de Roma os moedeiros se rebelaram, os quais, tendo sido subjugados, Aureliano reprimiu com toda crueldade” (*Epit. de Caes.* 35.4). Coube, pois, à série de biografias imperiais denominada *História Augusta*, possivelmente escrita nos meados da década de 390, oferecer um relato um pouco mais detalhado, embora colorido por elementos infactíveis, a respeito do movimento articulado pelos moedeiros em Roma. Assim, encontra-se no interior da *Historia Augusta* a seguinte passagem:

sob Aureliano ocorreu um levante dos moedeiros (*monetarium bellum*) liderado pelo *rationalis* Felicíssimo. Esta revolta ele reprimiu com vigor e grande severidade, embora sete mil de seus soldados tenham sido exterminados, como apontado em uma missiva dirigida a Úlpio Crinito, três vezes cônsul, por quem Aureliano anteriormente havia sido adotado: “De Aureliano Augusto para Úlpio, seu pai. Como se o destino assim tivesse ordenado a mim, que todas as guerras que eu conduzisse e todos os distúrbios se tornassem mais difíceis, deste modo uma rebelião no interior da cidade (*seditione intramurana*) criou para mim uma guerra gravíssima. Os moedeiros liderados por Felicíssimo, o mais humilde dos escravos, a quem fora confiado o cargo de ministro do tesouro, deram vazão ao espírito de rebelião. Eles foram suprimidos, mas sete mil soldados foram eliminados [...]. De modo que é evidente que os deuses imortais não concedem a mim vitória alguma sem dificuldade” (*HA, Aurel.* 38.2-4).⁶

Posto assim, ajuizamos que a referência ao episódio, por parte de diferentes escritores na segunda metade do século IV, decorre do fato de a revolta ter tido por palco as ruas da cidade de Roma, *locus* que exprimia concreta e simbolicamente os ancestrais valores da

⁶ A carta que Aureliano teria enviado a Úlpio Crinito, reproduzida pelo autor da *História Augusta*, carece de historicidade. Ela pertence a uma massa de documentos forjados – cartas e decretos de imperadores, discursos de senadores e etc. – que abunda em meio às biografias que integram a *História Augusta*. Tais dados, fabricados, conferiam vivacidade ao retrato delineado a respeito dos imperadores e dos usurpadores que a obra abordava (SYME, 1983, p.214-215). Felicíssimo, apontado nas fontes como o líder da revolta, surge na epístola elencada na *História Augusta* como “*ultimus servorum*”, “o mais humilde dos escravos”. Ora, evidentemente se trata de um recurso retórico, utilizado pelo ignoto responsável pela composição da obra com vistas à desqualificação do adversário de Aureliano. Isto, entretanto, deixa transparecer a incoerência própria do documento inventado pelo anônimo biógrafo: o ofício de *rationalis/procurator fisci* jamais seria confiado a um escravo, mas antes se destinava a eminentes membros da ordem equestre.

“romanidade”. Inclusive, como apontado acima, Aurélio Vítor indicou em seu texto qual seria a região, no interior da paisagem urbana de Roma, em que os rebelados teriam se agrupado, ou seja, o Monte Célio, uma das sete colinas que, situadas a leste do rio Tibre, configuravam o sítio cujo povoamento remontava aos tempos lendários de Rômulo e Remo. Neste caso, ainda que o evento não guardasse maiores consequências para o devir da história do Império romano, o mesmo teria, porém, marcado a história propriamente local de Roma, a ponto de ter se perpetuado no interior de uma tradição que encontraria boa acolhida em obras compostas mais de um século depois do ocorrido.

Portanto, se pensarmos a rebelião dos moedeiros enquanto resquício ou fragmento vinculado a uma história, *strictu sensu*, “romana” – quer dizer, diretamente articulada à cidade de Roma em si e sem que dispusesse de maiores conexões com o mundo imperial construído ao longo da bacia do Mediterrâneo – haveríamos de ressaltar que o incidente adquiriria grande ressonância. Isto se nota, sobremaneira, em meio aos textos das *Historiae abbreviatae* de Aurélio Vítor e da *História Augusta*, que salientaram que os soldados enviados por Aureliano foram mortos aos milhares, em um conflito rotulado como nada mais, nada menos, do que uma “guerra” (*bellum*). Por isso, faz-se escusado supor que tal movimento não teria se restringido apenas àqueles que se ocupariam da cunhagem de moedas, mas antes abarcado outras camadas sociais. Eutrópio parece aludir a isto, ao escrever que Aureliano “condenou muito nobres à morte”, quando do desfecho da revolta (Eutr. 9.14).

Assim, se aceitarmos como factível um grande número de baixas, como relatado por Aurélio Vítor e o autor da *História Augusta* (embora a cifra de sete mil combatentes mortos pareça hiperbólica), seríamos levados a sugerir que os artífices do ateliê monetário contaram com o auxílio de muitos dos cidadãos que residiam em Roma, visto que a quantidade de trabalhadores dedicada à amoedação deveria ser bastante restrita. Como sublinha Watson (1999, p.53), no começo da década de 270, as ações bélicas promovidas no Oriente do Império pelas forças ligadas ao Reino de Palmira implicaram a desarticulação do cultivo de grãos em solo egípcio. Ora, o abastecimento da cidade de Roma dependia, em boa medida, do trigo produzido na província do Egito. Julgamos lícito pensar que a interrupção do fornecimento dos cereais, mesmo que parcial ou intermitente, teria alimentado um sentimento de inquietude da plebe de Roma perante o governo imperial. A revolta dos moedeiros, assim, configuraria o palco em que a insatisfação popular veio à tona, de forma violenta. Desta maneira, carece assinalarmos a hipótese levantada por Palmer (1980, p.219) de que, ao acusar os moedeiros de terem se utilizado de meios ilícitos que ocasionaram a depreciação do

numário, Aureliano teria encontrado uma justificativa plausível para sufocar uma rebelião cidadina que, embora irradiada a partir da inquietude demonstrada por Felicíssimo e seus subordinados, envolvera diversos segmentos sociais.

Dentre esses, afigura-se provável que se enumerasse uma fração indeterminada dos senadores romanos. Ao que parece, o antecessor imediato de Aureliano, Quintílio, cujo reinado resumiu-se a míseras semanas durante segundo semestre de 270, contava com o apoio do Senado. Aureliano, pelo contrário, havia tomado o poder por exclusiva escolha das legiões. Sua ascensão ao trono, portanto, teria desagradado a aristocracia senatorial, uma vez que Quintílio talvez desse prosseguimento à política de apaziguamento que seu irmão, o falecido imperador Cláudio, o Gótico, teria favorecido. Quintílio, todavia, morreu (ou foi assassinado) na cidade de Aquileia (Verona), em circunstâncias assaz obscuras. Poder-se-ia afirmar que tais disputas pelo poder imperial tivessem estimulado uma indisposição do Senado perante Aureliano. Nestes termos, a revolta dos moedeiros se encaixaria em um contexto de oposição ativa por parte dos senadores, de forma que a rede de *clientes* das grandes famílias aristocráticas haveria de engrossar as fileiras dos rebelados (MÉNARD, 2004, p.92).

Cubelli (1992, p.49), porém, esgarça ao extremo esta linha de raciocínio, ao argumentar que o motim ocorrido em Roma na primavera de 271 corresponderia a “mais concreta tentativa de oposição por parte do Senado, que se serviu de Felicíssimo e dos moedeiros para obter o ouro necessário para financiar um movimento de revolta anti-imperial”. Neste caso, o descontentamento dos artesãos que labutavam no ateliê monetário da cidade e dos grupos populares que tomaram parte no levante teria sido canalizado pelos senadores tendo por mote a derrubada de Aureliano. Tal proposta, entretanto, confere demasiada relevância à ótica de que o reinado de Aureliano teria se caracterizado, basicamente, por uma política autocrática e anti-senatorial. De fato, alguns senadores que se envolveram com a rebelião encabeçada por Felicíssimo foram condenados à morte, ao passo que outros tiveram suas propriedades confiscadas, mas a vida poupada. Evidências prosopográficas relativas à época de Aureliano, porém, permitem traçar outro panorama a respeito das relações entre o imperador e o Senado, apontando para um esforço de Aureliano no sentido de promover e se associar intimamente com indivíduos dos mais notáveis que pertenciam à aristocracia senatorial. Do que se concluí que Aureliano havia se norteado por

uma prática similar àquela observada ao tempo de Cláudio, o Gótico (WATSON, 1999, p.162-163).⁷

Seja como for, tratar-se-ia de um acontecimento que adquiriu sentido pleno para e em razão da *Urbs Romae*. Sendo assim, os relatos tangentes a tal episódio nos permitem visualizar, de forma indireta, a natureza das relações travadas entre o imperador Aureliano e a população da cidade de Roma. Seguindo os passos de Hedlund (2008, p.162-163), propomos que a chave para a interpretação do levante repousa sobre a questão do absentismo imperial. Tal qual Cláudio, o Gótico e Quintílio, efêmero sucessor daquele, Aureliano assumiu a púrpura a milhas de distância da cidade de Roma. A rebelião, assim, dramaticamente haveria de lançar luz sobre o grau de insatisfação que a plebe romana e os senadores alimentavam em face do contínuo afastamento dos soberanos. No período alto-imperial, a permanência do imperador para além dos limites do Lácio se justificaria, em teoria, se ele estivesse a empreender algo que trouxesse glória à própria cidade – uma campanha militar que resultasse na anexação de uma nova província, por exemplo, e que revertesse em benefício material para os habitantes da cidade. Neste caso, as guerras de Trajano contra os dácios, no início do século II, emergiam como um modelo apropriado. Em outras palavras, as ações do imperador, quando ausente de Roma, eram concebidas em função dos interesses da capital do Império e dos dividendos que a ela pudessem ser convertidos (HOPE, 2000, p.75).

A partir, sobretudo, da segunda metade do século III, as pressões quase que constantes exercidas por diferentes povos externos impeliram os monarcas a se fixarem cada vez mais nas áreas fronteiriças, em detrimento da cidade de Roma. Lugares como Nicomédia (Izmit), Sírmio, Augusta Treverorum (Trier), Mediolano e Aquileia passaram a constituir a residência de vários imperadores, dada à posição estratégica que usufruíam, nas proximidades do *limes* imperial. Em outras palavras, o foco da atividade político-militar romana transferiu-se para a área reno-danubiana e por fim, no século IV, para o entorno do Bósforo (MILLAR, 1992, p.53). Sendo assim, a manutenção da estabilidade no seio da *Urbs Romae*, embora competisse nominalmente ao imperador, ficaria a cargo de magistrados como o prefeito da cidade, inseridos como estavam na vida cotidiana de Roma.

Em verdade, o ofício de *praefectus urbis Romae* conferia elevado prestígio aos aristocratas que o exercessem. Todavia, tendo em vista o absentismo imperial, tornado regra

⁷ A carreira de Tibério (ou Flávio) Pompônio Basso ilustraria tal ponto de vista. Um dos mais destacados senadores de seu tempo, exerceu o consulado no ano de 271 ao lado de ninguém menos que o imperador Aureliano. É possível também que tivesse ocupado, durante um curto período em 270 ou 271, o ofício de prefeito da cidade de Roma (JONES et alli, 1971, p.155-156).

da segunda metade do século III em diante, o prefeito da cidade se via diante da delicada responsabilidade de assegurar a ordem pública em uma Roma que não contava mais com a assistência imediata por parte dos imperadores. A preservação da tranquilidade urbana passava, pois, pelo ato de satisfazer as necessidades básicas da plebe romana. Logo, garantir a distribuição regular da *annona* – isto é, das provisões gratuitas de trigo que alimentavam as camadas populares no interior de Roma – equivalia à solução elementar para a prevenção de desordens. Por isto, em particular após a fundação da “Nova Roma” no Oriente helenófono (ou seja, Constantinopla) o prefeito da cidade de Roma tornar-se-ia, em definitivo, o interlocutor privilegiado dos cidadãos que lá residiam (MÉNARD, 2004, p.99).

Por seu turno, o absenteísmo imperial levantava um sério obstáculo para a concretização daquilo que Malosse (1999, p.472) define como “suporte psicológico” da sociedade romana tardo-antiga. Concebia-se a noção de que o imperador reuniria a capacidade de revitalizar a população dos locais em que se fazia presente, partindo-se da suposição de que o soberano imperial “era dotado de uma virtude sobrenatural que tinha sido conferida a ele no momento em que ele havia sido entronizado”. Assim, a proximidade com a *persona* do imperador propiciaria aos demais cidadãos a oportunidade de fruir dos benefícios relativos às *uirtutes* inerentes aos *purpurati*.

Paralelo a isto, compete lembrar que no decorrer da era imperial o “núcleo” do poder romano se confundiria mais e mais com a figura do monarca ou com a corte imperial como um todo. Assim, o “centro” do Império passava pelo lugar em que os detentores do *imperium* estivessem (EARL, 1984, p.99). Por conseguinte, a ausência do monarca implicava, pois, o enfraquecimento político da cidade de Roma a partir dos meados do século III, cuja faceta mais visível se confundiria com a fundação de Constantinopla em 330, cidade que carregaria o nome do primeiro imperador cristão.

Partindo-se da perspectiva do absenteísmo dos imperadores, faz-se oportuno sublinhar outro elemento tangente ao reinado de Aureliano, qual seja, a construção de um novo conjunto de muralhas a circundar a cidade de Roma – os *muri Aureliani* –, que superavam em extensão os antigos muros erigidos à época da República arcaica, mas que a tradição atribuía à era monárquica, mais precisamente ao tempo do rei Sêrvio Túlio. Embora grande parcela das obras tivesse sido realizada durante o governo de Aureliano, é provável que a finalização das muralhas se efetuasse somente ao longo dos anos em que Probo (276-282) havia ostentado a púrpura (WATSON, 1999, p.145). O projeto contemplava um circuito de,

aproximadamente, 19 quilômetros de extensão e englobava as 14 regiões que formavam a cidade, bem como o Campo de Marte e setores *transstiberim*, isto é, para além do rio Tibre.

Quanto à sua estrutura, a Muralha Aureliana era formada por um núcleo de concreto envolto por tijolos, dispendo de 3.5 a 4 metros de espessura e atingindo uma altura que oscilava entre 6.5 a 8 metros. A cada 29.6 metros – ou 100 pés romanos – erigiram-se torres de guarda. Apesar disso, segundo Aldrete (2004, p.41) a obra iniciada por ordem de Aureliano configurava um exemplo de edificação construída às pressas. Estruturas preexistentes foram amplamente utilizadas e incorporadas ao circuito murado, tal como os muros que delimitavam os *castra praetoria*, ou seja, o acampamento da guarda pretoriana. Desta forma, estima-se que em torno de um sexto da Muralha Aureliana fosse integrado por edificações que já haviam sido erigidas e que atendiam, originalmente, a outros fins.

Ademais, como lembra Dmitriev (2004, p.574-575), o traçado da Muralha Aureliana obedecia aos limites estabelecidos para a cidade, como determinados à época de Vespasiano (69-79) e restaurados na virada do segundo para o terceiro século. Neste sentido, a obra edificada durante o governo de Aureliano pode ser julgada como “nova” em um sentido bastante estrito, quer dizer, se tratava de uma edificação materialmente nova, mas que não alterava as balizas outrora definidas, por meio de marcos miliários, no que respeitava às fronteiras da cidade.

Malgrado tais observações, o ponto mais significativo, levando-se em conta os objetivos do presente estudo, concerne ao fato de os preparativos para a edificação da Muralha Aureliana remontarem, provavelmente, ao verão de 271 (DEY, 2011, p.13), ou seja, pouco tempo depois da deflagração da revolta cujo epicentro correspondia ao ateliê monetário da cidade.⁸ Watson (1999, p.54) e Dmitriev (2004, p.575) reiteram a ótica segundo a qual a decisão de Aureliano teria sido adotada como forma de prevenir, ou ao menos mitigar, a atmosfera de pânico que perpassou a cidade quando do avanço dos jutungos e dos alamanos no solo da Península Itálica. Quer dizer, diante de um tal clima de insegurança – que serviria de estímulo à eclosão de tumultos no seio da *Urbs Romae* – o projeto de construção dos novos muros figurava como mecanismo voltado para aplacar os ânimos no interior da cidade, ao mesmo tempo em que daria mostras do comprometimento de Aureliano em relação à defesa de Roma.

Além disso, é possível que a consecução do projeto de Aureliano abarcasse uma dimensão fiscal. O novo conjunto de muros propiciaria um maior controle dos bens e víveres

⁸ Para Kienast (2004, p. 234), o início efetivo dos trabalhos de construção da Muralha Aureliana se deu no inverno de 271-272.

que adentravam a cidade. Foram levantados “postos alfandegários” junto de trinta e sete portões que compunham a Muralha Aureliana e davam acesso ao interior de Roma. Um bom exemplo corresponderia à criação dos *fiscalia uina*, ou seja, da arrecadação de vinhos por intermédio daquelas “barreiras alfandegárias”, em substituição ao pagamento de taxas em dinheiro que incidiam sobre o transporte e a entrada de produtos em Roma. Em outras palavras, Aureliano teria convertido as obrigações em espécie em uma maneira de garantir o abastecimento de vinho para a população da cidade, distribuído a partir dos armazéns instalados nas dependências do templo do deus Sol, construção esta que havia sido igualmente realizada por Aureliano. De acordo com Palmer (1980, p.220), a adoção de tais medidas respondia a dois elementos que contribuíram para a insatisfação dos habitantes da cidade perante o poder imperial, e que havia culminado na revolta vinculada ao ateliê monetário: a carestia de vinho, item que compunha a alimentação diária, e a escassez de moeda corrente.

Por fim, Dey (2011, p.113) destaca que uma obra pública de tamanha envergadura conteria um benefício mais imediato, no relativo à contenção da animosidade das “massas populares”: um projeto como a Muralha Aureliana haveria de prover um veio regular de remuneração para milhares de plebeus e, portanto, dirimir potenciais focos de insatisfação diante do regime de Aureliano – do que a revolta dos moedeiros consistiria em um perigoso sinal de alerta. Logo, a estabilidade da posição do imperador no âmago da capital do Império viria a ser ampliada por meio de um massivo projeto de obras públicas, tendo em vista que os habitantes da cidade haveriam de contar cada vez menos com a presença do monarca em pessoa (DEY, 2011, p.114).

Portanto, ajuizamos que a Muralha de Aureliano assumiria notável carga simbólica. Para proteger o povo de Roma, saíam de cena os monarcas, entravam os tijolos. “No futuro, o imperador não permaneceria muito em Roma, isto se permanecesse. A *Urbs aeterna* teria de se manter por conta própria” (HEDLUND, 2008, p.163). Nestes termos, a cidade de Roma ao tempo de Aureliano se encaminhava na mesma direção que a grande maioria das localidades provinciais. Desta forma, podemos compreender a revolta encabeçada por Felicíssimo como uma manifestação violenta de inconformismo, por parte do *populus Romanus*, diante de um processo mediante o qual a proclamação dos imperadores se efetivava a muitas milhas de distância da cidade de Roma e, em especial, em face do absenteísmo dos soberanos, condição esta que, porém, se transformaria em regra com os sucessores de Aureliano. Dentro desse quadro, a resposta fornecida por Aureliano adquiriu uma dimensão concreta, materialmente exemplificada por meio da edificação de novos muros a circundar a cidade de Roma. A

Muralha Aureliana, no entanto, exprimiria simbolicamente o isolamento da *Urbs Romae* em relação àqueles a quem se confiava a tarefa de, justamente, administrar e defender um Império construído a partir da cidade da qual tomava o seu nome.

Referências

Fontes

AURELIUS VICTOR. **Livre des Césars**. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975. (Collection des Universités de France).

EPITOME DE CAESARIBUS. **Booklet about the style of life and manners of the imperatores**. Sometimes attributed to Sextus Aurelius Victor. 2nd. ed. Translated by Thomas M. Banchich. Buffalo: Canisius College, 2009. (Canisius College Translated Texts). Disponível em: <http://www.roman-emperors.org/epitome.htm>. Acessado em: 20 nov. 2009.

EUTROPE. **Abrégé de l'histoire romaine**. Traduction nouvelle avec introduction, notes, tables et index par M. Rat. Paris: Garnier Frères, vol. 5-6, 1934.

SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE. **The scriptores historiae augustae**. With an English translation by D. Magie. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, vol. 3, 1982. (Loeb Classical Library).

Livros e artigos

ALDRETE, Gregory S. Infrastructure of Ancient Rome. In: _____. **Daily life in the Roman city**. Rome, Pompeii and Ostia. Westport: Greenwood Press, 2004. p. 26-42.

CARSON, Robert A. G. The reform of Aurelian. **Revue Numismatique**, Paris, v. 7, p. 225-235, 1965.

CONWAY, Charles P. M. Aurelian's *Bellum Monetarium*: an examination. **Past Imperfect**, Edmonton, v. 12, p. 1-21, 2006.

CUBELLI, Vincenzo. **Aureliano imperatore**. La rivolta dei monetieri e la cosiddetta riforma monetaria. Firenze: La Nuova Italia, 1992.

DEPEYROT, Georges. Les antoniniens, les imitations, la “révolte des monétaires” et Aurélien: donner sens à la crise?. **Bulletin du cercle d'études numismatiques**, Bruxelles, v. 46, n. 2, p. 152-155, 2009.

DEY, Hendrik W. **The Aurelian Wall and the refashioning of Imperial Rome, AD 271-855**. Cambridge: University Press, 2011.

DMITRIEV, S. Traditions and innovations in the reign of Aurelian. **Classical Quarterly**, Oxford, v. 54, n. 2, p. 568-578, 2004.

EARL, Donald. **The moral and political tradition of Rome**. New York: Cornell University Press, 1984. [1964].

HEDLUND, Ragnar. *Romae aeternae*: the emperor and the *urbs aeterna*. In: _____. “... achieved nothing worthy of memory”. **Coinage and authority in the Roman empire (c. AD 260-295)**. Uppsala: Uppsala Universitet, 2008. p. 124-173.

- HOPE, Valerie. The city of Rome: capital and symbol. In: HUSKINSON, J. (ed.). **Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire**. New York: Routledge, 2000. p. 63-93.
- JONES, Arnold H. M. **The prosopography of the Later Roman Empire**. Cambridge: University Press, vol. 1, 1971. (A.D. 260-395).
- KIENAST, Dietmar. Aurelian (Sept. 270–Sept./Okt. 275). In: _____. **Römische Kaisertabelle**. Grundzüge einer römischen Kaiserchronologie. 3. Aufl. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2004. p. 234-238.
- LAFURIE, Jean. Réformes monétaires d'Aurélien et de Dioclétien. **Revue Numismatique**, v. 17, p. 73-138, 1975.
- MALOSSE, Pierre-Louis. Qu'est donc allé faire Constant 1er en Bretagne pendant l'hiver 343?. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, Stuttgart, v. 48, n. 4, p. 465-476, 1999.
- MÉNARD, Hélène. **Maintenir l'ordre à Rome (IIe-IVe siècles ap. J.-C.)**. Seyssel: Champ Vallon, 2004.
- MILLAR, Fergus. **The emperor in the Roman world**. 2. ed. London: Duckworth, 1992.
- PALMER, Robert E. A. Customs on market goods imported into the city of Rome. **Memoirs of the American Academy in Rome**, Roma, v. 36, 1980, p. 217-233.
- SOUTHERN, P. **The Roman Empire from Severus to Constantine**. London; New York: Routledge, 2004. [2001].
- SYME, Ronald. Controversy abating and crudulity curbed?. In: _____. **Historia Augusta papers**. Oxford: OUP, 1983. p. 209-223.
- TURCAN, Robert. Le délit des monétaires rebellés contre Aurélien. **Latomus**, Bruxelles, vol. 28, n. 4, p. 948-959, 1969.
- WATSON, Alaric. **Aurelian and the third century**. London: Routledge, 1999.

Recebido em: 10 de dezembro de 2013

Aprovado em: 22 fevereiro de 2013